

SENTIDOS DE DIREITOS HUMANOS: (re)contextualizações nos livros didáticos do ensino médio

SENSES OF HUMAN RIGHTS: recontextualizations in the teaching books of middle school

Suzana Paula De Oliveira Pereira¹
Jean Mac Cole Tavares Dos Santos²

Resumo: Este artigo objetiva analisar a discussão de temas relacionados aos Direitos Humanos nos livros didáticos do Ensino Médio. Metodologicamente, a pesquisa é de caráter documental e tem como fim verificar, através de expressões e palavras-chave extraídas de documentos oficiais, possíveis sentidos de conteúdos presentes naqueles livros referentes a área de Ciências Humanas. Teoricamente é embasado em Ball (2011), Ramos (2011) e Lopes (2011), que tratam, respectivamente, sobre o ciclo contínuo de políticas, principalmente nos contextos de produção de textos, as implicações da comunidade disciplinar na constituição da política curricular e as teorias de currículo, com ênfase no diálogo estabelecido com a Teoria do Discurso de Laclau (2006) - traduções diante de múltiplos contextos, os significantes vazios e a (re)contextualização. Os resultados apontam que as temáticas são trabalhadas como conteúdos voltados às minorias, discutindo sobre questões de gênero, orientação sexual, racismo, igualdade, discriminação e diferença como sentidos arrolados aqueles Direitos, principalmente nos livros de Filosofia e Sociologia.

Abstract: This article aims to analyze the discussion of themes related to Human Rights in high school textbooks. Methodologically, the research is of documentary nature and has as a purpose to verify, through expressions and keywords extracted from official documents, possible meanings of contents present in those books referring to the area of Human Sciences. Theoretically, it is based on Ball (2011), Ramos (2011) and Lopes (2011), which deal respectively with the continuous cycle of policies, especially in contexts of text production, the implications of the disciplinary community in the constitution of curriculum policy and the theories of curriculum, with emphasis on the dialogue established with Laclau's theory of discourse (2006) translations in multiple contexts, 'empty signifiers' and (re)contextualize. The results point out that the themes are worked as content aimed at minorities, discussing issues of gender, sexual orientation, racism, equality, discrimination and difference as meaning those rights, especially in the books of Philosophy and Sociology.

Keywords: Human Rights. Teaching. Textbook.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Ensino. Livro Didático.

1 INTRODUÇÃO

O ensino voltado para os Direitos Humanos é uma área de estudos em ascensão, haja vista sua recente inserção no currículo (SILVEIRA, 2014). De acordo com os documentos oficiais, seus

¹ Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Assistente técnico administrativo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: <suzanaoliveira.advogada@gmail.com> ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-3517-0590>>

² Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba e Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: <maccolle@hotmail.com> ORCID: <<http://orcid.org/0000-0001-7800-8350>>

conteúdos devem perpassar todas as disciplinas do Ensino Médio transversalmente³. Essa transversalidade pressupõe que os conteúdos não serão tratados em uma única disciplina, e diferentemente das disciplinas do Ensino Médio compostas por currículos específicos, esses conteúdos não estão expressamente listados em um único documento.

Utilizando alguns estudos de Lopes (2010) sobre Laclau (2006), consideramos os Direitos Humanos um significante vazio, podendo ser preenchido contingencialmente por demandas que variam conforme o contexto⁴. De acordo com Lopes (2010), em diálogo com Laclau (2006), o significante vazio relaciona-se com aquilo que todos se identificam pelas suas articulações; são as várias concepções inseridas em uma agenda política e; ao mesmo tempo cria possibilidades e entendimentos que implicam uma definição, tornando o discurso hegemônico.

O preenchimento do significante vazio é resultado de diversas disputas, e quando uma das demandas consegue hegemonizar-se para preencher o sentido essa influência absoluta tende a ser provisória. Contudo, não quer dizer que a possibilidade de mudança de sentido admita a relativização, permitindo que qualquer conteúdo preencha-o. Esse preenchimento é fruto de negociações entre grupos. No caso do significante *Direitos Humanos*, alguns grupos incluem conteúdos e outros buscam excluí-los, tentando constituir sentidos que respondam seus interesses, sempre ligados a disputas políticas e relacionados à compreensão da sociedade. Dessa maneira, eles estão repletos de conotação política⁵, representando a criação, o reconhecimento ou a manutenção de demandas daqueles grupos.

Para esta pesquisa, utilizamos alguns sentidos atribuídos à expressão *Direitos Humanos*, identificados na pesquisa anterior acerca do ensino em Direitos Humanos⁶, verificando-se também o uso de expressões/palavras relacionadas àquela expressão nas disciplinas relacionadas a área de Ciências Humanas e suas tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia). Procuramos continuar com a pesquisa citada, onde identificamos que os documentos oficiais apontam assuntos referentes aqueles Direitos, visando superar o racismo, a homofobia, os preconceitos de gênero, a intolerância religiosa, tratando, ainda, da inclusão e respeito à diferença. Outrossim, este artigo analisa a abordagem de conteúdos de Direitos Humanos nos livros didáticos.

No que diz respeito ao livro didático, este serve como filtro na seleção de conteúdos e promoção de ressignificações do tema abordado (LOPES, 2011). A ausência ou a presença de determinado conteúdo denuncia as constantes disputas de diferentes grupos no momento da produção do texto. Essas disputas tendem a hegemonizar alguns conteúdos em detrimentos de outros, mas possibilitam maior interlocução de temas que preenchem aquele significante.

³Os principais documentos que tratam do ensino de Direitos Humanos transversalmente são: 1) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH); 2) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e; 3) Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (DNEDH).

⁴Para Lopes (2011), o contexto indica não apenas o lugar onde os conceitos são construídos, mas selecionados e reposicionados de outros conceitos. Implica considerar que os textos são modificados por processos de simplificação e reelaboração, desenvolvidos em meio aos conflitos entre diferentes interesses que estruturam o campo de recontextualizações.

⁵ Com Ball (2011, p 13) e colaboradores, entendemos a política como processo discursivo traduzido em textos e estratégias “complexamente configurados, contextualmente mediados e institucionalmente prestados”, de forma que os textos produzidos não são simplesmente implementados, mas passam por diversas traduções/interpretações em relação ao momento histórico, ao contexto e recursos disponíveis.

⁶ Artigo “Ensino em Direitos Humanos: considerações no contexto da prática” remetido para a Revista UFSCAR, atualmente em análise.

Metodologicamente, a pesquisa possui caráter exploratório e descritivo e será realizada sob a ótica documental, na qual estudamos as coleções adotadas pelas escolas públicas do Ensino Médio, buscando palavras-chave relacionadas aos conteúdos de Direitos Humanos nos capítulos escolhidos.

Este artigo está dividido em tópicos: o primeiro aborda os documentos oficiais e a interdisciplinaridade no ensino de Direitos Humanos. Nele nos aproximamos brevemente dos principais documentos oficiais que determinam a inclusão de conteúdos considerados de Direitos Humanos no livro didático, bem como sua forma de inserção interdisciplinar; sequencialmente, discutiremos sobre contextos nas discussões de Ball (2011) acerca do ciclo contínuo de políticas, no sentido de relacionar os conteúdos de Direitos Humanos com as traduções no livro didático para ingressar nos dados da pesquisa, na qual realizar-se-á a análise da recorrência de palavras-chave relacionadas aqueles conteúdos nos livros didáticos de quatro disciplinas do Ensino Médio, dispondo os principais dados em quadros e subtópicos e; finalmente, teceremos as considerações da pesquisa, apresentando os resultados.

2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS E A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE DIREITOS HUMANOS

A produção do currículo escolar está em constante discussão (LOPES, 2011). E o currículo de Direitos Humanos também faz parte desses debates. A obrigatoriedade do ensino de Direitos Humanos na escola decorre de diversas articulações, muitas vezes hegemônicas por imperativos feitos através de documentos oficiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996) é apontada como um dos principais documentos que norteiam os conteúdos que compõem o currículo escolar. Em razão desse alcance, a LDB ainda é alvo de diversas reformas, com o fim de incluir/excluir conteúdos. Os grupos que defendem a inserção de temáticas de Direitos Humanos também participam desse processo e conseguiram hegemônizar diversas demandas em normas.

Uma das primeiras alterações na LDB veio através do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDEH), seguidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH), aliadas a uma série de documentos oficiais, como a Resolução CNE/CEB N° 2/2001 e as Leis N.º 11.645/2008 e 10.436/2002, que tratam, respectivamente, da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, da obrigatoriedade do ensino da História Africana e Indígena e o reconhecimento de Libras como língua oficial.

O ensino de Direitos Humanos deve ser inserido de forma interdisciplinar no processo de aquisição do conhecimento e interligado por diferentes campos de saberes e de práticas pedagógicas a serem trabalhadas na escola com fim a promover a discussão desses conteúdos.

As DNEDH, em seu art.7º, tratam sobre a inserção de conteúdos de Direitos Humanos no currículo escolar, destacando “a transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente”(BRASIL, 2012, p. 01).

Sobre a interdisciplinaridade, associamos-na ao conhecimento entre disciplinas sem romper suas fronteiras (LOPES, 2011). Sobre essa questão, a autora apoia-se nos estudos de Bernstein (1998) especificamente nas discussões sobre a integração curricular, apontando como requisito mínimo a subordinação de disciplinas à ideia relacional, considerando como elemento importante desses estudos o deslocamento do foco, voltado anteriormente nos sujeitos, para as relações de poder e controle. E sugere que o caminho à compreensão das disciplinas deve se dar

discursivamente, no sentido de que essas relações ajudem a “entender como as disciplinas escolares nos formam, como as inter-relações entre saberes são desenvolvidas nas escolas, quais sentidos as diferentes comunidades disciplinares conferem ao currículo” (LOPES, 2011, p.140).

Uma das principais características da interdisciplinaridade é a possibilidade de produção de discursos híbridos. Segundo Ball (1998, 2011), o hibridismo é produto das recontextualizações de diferentes políticas educacionais e da articulação de discursos globais, locais e distantes. Nesse sentido, Lopes (2011, p. 140) aduz que “As disciplinas nos formam e se reconectam como demandas sociais, estão em constante modificação e, muitas vezes, ao organizarmos o currículo de forma integrada, produzimos novas estruturas disciplinares”. Outrossim é considerada ferramenta que proporciona a abertura de novos enfoques e novas problemáticas de pesquisa científica sem perder parte das tradições do pensamento curricular, conjugando diversos elementos na formação disciplinar, velocidade evolutiva da tecnologia e o papel transformador de demandas sociais associadas ao fator político sem olvidar o papel das tradições do pensamento curricular (LOPES, 2011).

Políticas em contextos

Para entendermos as relações entre os documentos oficiais e os conteúdos selecionados dos livros didáticos procuramos interlocuções com autores que discutem a tradução de políticas em diversos contextos, como Stephen Ball e Richard Bowe (1998), Mainardes (2006) e Santos e Oliveira (2013).

A inserção de discursos oficiais no ambiente escolar não ocorre na forma/modelo *top-down*, mas através de negociações/articulações junto aos grupos disciplinares que “(...) formam uma instância atuante na produção das políticas curriculares. Tais grupos atuam difundindo discursos que recontextualizam orientações políticas do poder central e, assim, permanecem construindo tais políticas” (LOPES, 2011, p. 264). Logo, esse processo sofre recontextualizações e cria novas políticas à luz de diferentes contextos.

O ciclo contínuo de políticas na visão desses autores é, inicialmente, constituído por três contextos: contexto de influência, contexto da produção de texto e contexto da prática. Todos estão interligados em uma relação que dispensa dimensões de linearidade ou sequencialidade.

O contexto de influência pode ser representado pelo campo no qual as ideias de determinados grupos tornam-se hegemônicas por intermédio de disputas políticas, de modo que as políticas públicas têm sua origem e os seus discursos construídos.

É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social. Além disso, há um conjunto de arenas públicas mais formais, tais como comissões e grupos representativos, que podem ser lugares de articulação de influência. (MAINARDES, 2006, p. 52)

É no contexto de influência que os desígnios começam a serem pensados e elaborados através de disputas e debates nas arenas de poder, cujos conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. Dizer isso, insistimos, é diferente de afirmar que as

ideias nascem nesse contexto e são, a partir dele, irradiadas para os outros contextos, mesmo que passando pelos crivos e disputas em cada um dos outros contextos (SANTOS E OLIVEIRA, 2013).

Ball (2011) apresenta os elementos que compõem os contextos ao discorrer sobre o conjunto de arenas formais, os grupos e as suas demandas. O contexto de influência é formado pelo fluxo de ideias nascidas das redes políticas e sociais e das produções acadêmicas. Nesse sentido, os movimentos de Direitos Humanos, assim como as legislações internacionais desta área, influenciaram na construção de documentos nacionais. Essas influências, por sua vez, refletiram/refletem nos conteúdos presentes nos livros didáticos.

Lopes e Macedo (2011) lançam que a política deve ser compreendida como discursos e textos simultâneos, de modo que a política de Direitos Humanos está sujeita a diferentes influências e podem ser legitimadas pela via do discurso, estabelecendo negociações pelas influências de sentidos e significados nas leituras a serem realizadas. Outrossim, os livros didáticos representam os textos que podem ser suscetíveis às leituras, variando em função das demandas, história, recursos e âmbito leitor.

No tocante ao contexto da produção de texto, este é constituído pelo momento no qual os textos das políticas são negociados e resultam de disputas e acordos de diferentes grupos. Nele, os embates manifestam-se ostensivamente, de forma que os interesses de diversos grupos e as demandas que se hegemonizaram são compatibilizados em um único documento como, por exemplo, o livro didático.

Santos e Oliveira (2013) destacam que nesse contexto os possíveis conflitos e subversões de grupos se evidenciarão e tentarão manter espaço nos textos escritos hegemonicamente às suas demandas. Nessa visão, “os textos são o resultado de disputas, acordos, encontros, alianças entre grupos que atuam em diferentes lugares, com diferentes concepções, na disputa para controlar as representações da política” (SANTOS E OLIVEIRA, 2013, p. 502).

E quanto ao contexto da prática, este é entendido como a etapa onde professores, alunos e outros profissionais ganham força através da interpretação e recriação da política. Seus pensamentos, experiências, crenças e valores influenciam a determinação de políticas. No contexto da prática, cada professor manifestará sua interpretação, leitura e recriação sob diferentes visões, de acordo com seus interesses, condições de trabalho e principalmente o contexto no qual está inserido a escola.

Ball (2011) entende que as políticas constituem e mantêm estreita relação. Reconhecer os conteúdos de Direitos Humanos como política interfere na inserção de conteúdos correlacionados nos materiais didáticos de modo a possibilitar a discussão no ambiente escolar.

Tomando como base o ciclo de políticas, podemos dizer que os conteúdos hegemonizados nos livros didáticos são sistematizados no contexto de influência, tomam forma como texto escrito no contexto da produção de texto e são recontextualizados pela prática docente no contexto escolar. Nesses contextos, o livro didático, como possível resultado do contexto de produção de texto, pode ser considerado uma ferramenta de trabalho que aborda as temáticas ordenadamente, seguindo as diretrizes dos documentos oficiais e relevante papel na atuação do professor.

Abreu, Gomes e Lopes (2005, p. 406) destacam que “o livro é apresentado como guia curricular, orientador da prática docente, por vezes com maior influência sobre as ações dos professores do que os próprios referenciais curriculares”. E acrescentam: “Trata-se de um currículo escrito que visa a apresentar uma seleção de saberes e uma forma de organização,

frequentemente prescritiva” (ABREU, GOMES E LOPES, 2005, p. 406). Nesse sentido, o livro didático é uma ferramenta importante na prática docente, pois sistematiza o plano de aula e seus roteiros conteudísticos, de forma que caso hajam conteúdos de Direitos Humanos haverá probabilidade destes serem abordados em sala de aula.

O livro didático é elemento tradutor de políticas que “(...) expressam concepções de grupos específicos em um novo contexto de produção de discursos híbridos, os quais estabelecem novas relações entre os mais diversos grupos, educacionais ou não” (ABREU, GOMES E LOPES, 2005, p.415). Esse papel torna-se relevante na medida em que:

os livros didáticos tornam-se também textos produtores de políticas de currículo, com finalidades as mais distintas, na medida em que reinterpretam e criam novos sentidos, afetando tanto o contexto da prática quanto o contexto de produção de textos das políticas (ABREU, GOMES E LOPES, 2005, p.415).

Nesse entendimento, consideramos o livro didático uma reinterpretação dessas políticas em auxílio à formação de novos discursos, discursos estes produtores do conhecimento e sentido.

3 ANALISANDO OS DIREITOS HUMANOS NO LIVRO DIDÁTICO

Para a análise da temática, utilizamos os livros didáticos da área de Ciências Humanas, compreendida pelas seguintes disciplinas: Filosofia, Sociologia, História e Geografia.

No geral, as obras apresentam diferentes aspectos que favorecem a discussão de conteúdos de Direitos Humanos. No livro de Filosofia, há um incentivo à reflexão dos alunos sobre os problemas do cotidiano através de diferentes perspectivas. Em Sociologia, problematiza o senso comum com a promoção da visão crítica da realidade. Nos volumes inerentes à História, o passado é adotado como elemento de auxílio na interpretação da atualidade e na escolha de futuros modelos de sociedade. E nos exemplares de Geografia são abordados aspectos políticos, econômicos e humanos que contribuem para a problematização da realidade atual. Considerando esses aspectos, analisamos quais as adaptações/recontextualizações de conteúdos de Direitos Humanos nesses livros didáticos.

O percurso

Inicialmente, foram selecionados oito livros didáticos atinentes às Ciências Humanas e suas tecnologias das três séries do Ensino Médio, quais sejam: três livros de Geografia, três livros de História, um livro de Filosofia e um livro de Sociologia, ambos volume único.

A coleção de História é apresentada em três volumes, intitulada Conexões com a História, dos autores Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, e sua 1ª edição analisada em 2010 pela Editora Moderna. A coleção de Geografia, intitulada Fronteiras da Globalização, também apresenta três volumes e os subtítulos O mundo natural e o espaço humanizado (Volume I), O espaço geográfico globalizado (Volume II) e O espaço brasileiro: natureza e trabalho (Volume III), dos autores Lúcia Maria Alves de Almeida e Tércio Barbosa Rigolin, 2ª edição, Editora Ática, todos referentes ao ano 2013. A obra de Filosofia, de Sílvio Gallo, em sua 1ª edição, é intitulada Filosofia: experiência do pensamento, apresentando volume único referente ao ano de 2013, da Editora Scipione. E a obra de Sociologia, dos autores Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo César Rocha da Costa, também é apresentada em volume único e intitulada Sociologia para jovens do séc. XXI, e sua 3ª edição analisada em 2013 pela Editora Imperial Novo Milênio.

Objetivando identificar expressões relacionadas aos conteúdos de Direitos Humanos na pesquisa anterior, utilizamos os principais documentos oficiais nacionais que determinam a inserção desses conteúdos no livro didático. Os resultados apontaram como principais termos/expressões cidadania, tolerância, igualdade, diferença, inclusão, liberdade religiosa, diversidade, gênero, preconceito, discriminação, dignidade humana e a própria expressão Direitos Humanos⁷. Utilizou-se o procedimento de análise dos livros didáticos através de palavras-chave, buscando percebê-las como entradas para a problematização dos temas relacionados aos Direitos Humanos.

Os conteúdos de Direitos Humanos considerados nesta pesquisa não estão dispostos nos livros analisados, sendo necessárias discussões que compreendam no significante *Direitos Humanos* elementos que ratificam sua existência. A recorrência de uma expressão/palavra-chave pode fortalecer a discussão de conteúdos de Direitos Humanos e a reprodução de discursos oficiais. No entanto, a ausência de determinado vocábulo pode demonstrar não somente carência de discussão, como também a derrota de alguma demanda nos processos hegemônicos que compõem o currículo do tema.

Os livros escolhidos estão disponíveis pelo Ministério da Educação (MEC) e inseridos no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)⁸ destinados às escolas públicas de Ensino Médio⁹. De cada livro selecionado escolheu-se um capítulo de cada série desse Ensino relacionando-o com os Direitos Humanos. No caso dos livros de Filosofia e Sociologia, por apresentarem volume único, foram escolhidos três capítulos, cada um para cada série daquele Ensino.

Na Tabela 1 são apresentadas as palavras-chave que mostram a expressão encontrada em cada livro e quais volumes ou coleções apresentam maior número de recorrências.

Tabela 1: Palavras-chave por capítulo.

PALAVRAS-CHAVE	H1	H2	H3	G1	G2	G3	S1	S2	S3	F1	F2	F3	TOTAL
Cidadania	1	1	1	0	0	0	0	38	2	1	1	1	46
Tolerância	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Intolerância	4	0	1	0	0	0	0	0	5	0	1	0	11
Igualdade	0	13	0	0	1	1	7	6	4	1	6	6	45
Desigualdade	0	1	5	0	4	3	12	3	1	0	3	2	34
Diferença	4	4	7	2	1	0	26	1	0	3	0	7	55
Inclusão	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3
Liberdade Religiosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversidade	0	0	1	2	1	0	1	0	3	1	0	1	10
Gênero	0	1	0	0	0	1	1	0	25	6	0	1	35
Preconceito	0	1	1	0	0	0	3	0	10	1	0	0	16

⁷ Neste trabalho foram selecionados documentos oficiais que tratam sobre Direitos Humanos, no sentido de identificar as principais expressões que preenchem este significante. A própria expressão Direitos Humanos auxilia nessa identificação.

⁸ Os livros didáticos disponibilizados pelo MEC às escolas da Educação Básica são selecionados por estas, sob a condição de estarem inscritos no PNLD e submetidos às avaliações pedagógicas. Aprovados, serão inseridos no Guia do Livro Didático, que orienta os corpos discente e diretivo na escolha das coleções para a etapa específica de ensino.

⁹ Neste trabalho referenciamos os livros didáticos adotados por um escola pública da cidade de Mossoró/RN.

Discriminação	0	0	1	0	0	0	3	0	6	2	0	1	13
Dignidade Humana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Direitos Humanos	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	4
TOTAL	9	22	18	4	7	5	53	50	57	17	11	13	274
LEGENDA: H1 – História, volume 1, cap; H2 – História, volume 2, cap.; H3 – História, volume 3, cap.; G1 – Geografia, volume 1, cap.; G2 – Geografia, volume 2, cap.; G3 – Geografia, volume 3, cap.; S1 – Sociologia, 1º ano, cap.; S2 – Sociologia, 2º ano, cap.; S3 – Sociologia, 3º ano, cap.; F1 – Filosofia, 1º ano, cap.; F2 – Filosofia, 1º ano, cap.; F3 – Filosofia, 1º ano, cap..													

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para melhor compreender a análise dos documentos, representaremos os sentidos predominantes das palavras-chave/expressões encontradas em cada livro das disciplinas pontuadas.

Possibilidades de Sentidos das Palavras-Chave

Iniciamos a busca das palavras-chave nos livros didáticos, considerando-se a abordagem do capítulo escolhido e sua pertinência com os conteúdos considerados de Direitos Humanos.

Embora os vocábulos estejam interligados ao conteúdo de Direitos Humanos, realizou-se a junção de várias categorias por aproximação de palavras/expressões. A primeira é contemplada pela temática *cidadania, dignidade humana e Direitos Humanos*.

Cidadania, Dignidade Humana e Direitos Humanos

O vocábulo *cidadania* está quase sempre acompanhado do termo *direito*, entendendo-se ser o fruto de conquistas e devendo ser preservada na sua forma plena. O livro de Sociologia reconhece-o como responsável pelos seus atos, capaz de reivindicar direitos políticos e sociais, abordando-o em capítulo específico¹⁰. Outrossim, contextualiza-o através de aspectos históricos visando construir conceito paralelo com a realidade atual e atribuir sentido à junção de direitos civis e sociais. A abordagem nos capítulos selecionados é pertinente com as discussões de Direitos Humanos, problematizando as disputas que forjam os modelos atuais de sociedade socialista e capitalista e suas escolhas políticas. Abaixo, segue um trecho para melhor compreensão:

[...] em 1979, a Inglaterra escolhe Margaret Thatcher como primeira-ministra e em 1980, os Estados Unidos elegem Ronald Regan como presidente. Inaugura-se uma *nova era*, na qual as conquistas e trabalhistas do *Welfare State* começaram a ser totalmente desmontadas. Iniciamos, desde então, a viver sob a hegemonia do **neoliberalismo**. A luta pela cidadania sofreu, então, um duro golpe, do qual, até hoje ainda não se recuperou. (OLIVEIRA, 2013, p. 200)

O autor supracitado ainda acrescenta: “Podemos dizer que a cidadania no Brasil cumpriu um longo e tortuoso caminho, desde a sua independência de Portugal, em 1822, até os dias de hoje” (OLIVEIRA, 2013, p. 201). As citações não trazem um conceito fixo do vocábulo *cidadania*, mas menciona as possíveis mudanças e supressões decorrentes de entraves políticos, econômicos e históricos para a sua exequibilidade. Ao mesmo tempo, demonstra disputas que culminaram na formação de seu sentido, possibilitando discutir os obstáculos ao seu exercício na atualidade.

¹⁰ Cap.13: É de papel ou é pra valer? Cidadania e direitos no mundo e no Brasil Contemporâneo. (p. 194 a 208).

Entendemos que esse sentido é dotado de precariedade, de contingência, auxiliando na compreensão de que cada modelo de sociedade possui uma visão diferente a respeito de cidadania, assim como na problematização acerca de quais grupos usufruem plenamente esses direitos.

No exemplar de Filosofia, a palavra *cidadania* é apontada como condição da pessoa que usufrui de direitos e deveres por pertencer a um Estado, estando predominantemente associada ao termo *democracia*, sendo tratada no final dos capítulos ora através de questões, ora por textos ligados a outras disciplinas. Esses realces sinalizam aproximações com a interdisciplinaridade, e assim como no livro de Sociologia, possibilitam a problematização da temática. Outro exemplo daquela palavra é citado abaixo

Na maioria dos países, assim como no Brasil, o modelo político é o da democracia direta e representativa. [...] há um certo distanciamento da real experiência política. Portanto, há muito para fazer para que se fortaleça as conquistas na construção da cidadania. (OLIVEIRA, 2013, p. 234)

No capítulo do livro de História da 1ª série do Ensino Médio, a palavra *cidadania* está associada a um momento da história no qual foram garantidos direitos à população e posteriormente restringidos, revelando proximidade com o termo *democracia*. Os demais capítulos escolhidos dos segundo e terceiro volumes referem-se a acontecimentos sem aprofundar a abordagem. No Volume II há uma única citação do vocábulo no capítulo referente à Revolução Francesa, qual seja: “os nobres perderam o direito à cidadania francesa, a não ser que fizessem um pedido formal de naturalização” (ALVES E OLIVEIRA, 2010, p. 156).

Quanto à expressão *dignidade humana*, ela é voltada às necessidades básicas do homem e pouco aparece nos livros didáticos, exceto no exemplar de Filosofia como algo a ser alcançado. Ela é recorrente nos documentos oficiais que tratam de Direitos Humanos, o que não impede que seja discorrido em outros capítulos.

No que diz respeito à expressão *Direitos Humanos* como palavra-chave, esta auxiliou a pesquisa obtendo o maior número de citações voltadas ao conteúdo. O livro de Geografia aponta-a como um índice de classificação de determinado país, reforçando que a abordagem de conteúdos nos capítulos pesquisados apresenta disposição de dados estatísticos, evidenciando ausência de problematizações. Já no livro de Sociologia, ela é denominada como direitos fundamentais, com respaldo jurídico, abrangendo questões de gênero, sexualidade e violência e classificação dos *Direitos Humanos* em gerações, assim como questões e textos a serem trabalhados com os alunos quanto à discussão do tema, demonstrando não apenas a presença deste, mas também elementos interdisciplinares que auxiliam alunos e professores na compreensão de diversos assuntos arraigados à temática.

É importante ressaltar que há resistência em trabalhar o tema, haja vista ele apresentar estigmas enraizados na expressão decorrente de uma época ditatorial relacionando a temática a criminosos, justificando, portanto, o número de citações.

Comumente, o termo *cidadania* é apresentado como um conceito hegemônico nos livros didáticos analisados, na medida em que coliga-se com a fruição de direitos e a democracia, sendo traduzido pertinentemente nos conteúdos de Direitos Humanos. E a compreensão do termo contribui para o aprofundamento de discussões sobre esses Direitos e seu fortalecimento.

No livro de Sociologia, ele é abordado pertinente e reflexivamente, com respaldo interdisciplinar no final dos capítulos, visando a integração desses conteúdos com aqueles que compõem o currículo escolar.

Embora as expressões *Direitos Humanos* e *dignidade humana* não tenham presença significativa nos demais livros didáticos, e contraditoriamente representem o foco central da pesquisa, não significa a ausência de abordagem de assuntos, haja vista a existência de temas que preenchem o significativo *Direitos Humanos*, demonstrando que os conteúdos são trabalhados e que há a possibilidade de serem abordados em outros capítulos que não contemplaram a pesquisa.

Tolerância, Intolerância e Liberdade Religiosa

A palavra *tolerância* é seguida da expressão *convivência pacífica* nos conteúdos presentes nos livros didáticos analisados. Nos capítulos, ela é discutida de forma comedida entre aceitação e conflito, sendo delineada como canal de coexistência equilibrada. Outrossim, relaciona-se à ideia de uma sociedade harmônica e isenta de conflitos.

No livro de História é sinônimo de respeito à liberdade do outro, em praticar sua religião. Na obra de Filosofia também é apresentado como forma de convivência pacífica entre concepções religiosas opostas. Igualmente é apontada como princípio em diversos documentos oficiais¹¹, cuja presença no livro didático robustece a força do contexto em que o livro foi constituído.

A expressão *liberdade religiosa* é discutida sob a ótica dos vocábulos *tolerância* e *intolerância*. A palavra *intolerância*, no livro de História, expressa aversão ao outro, seja por questões de origem, seja por religião. Como exemplo, citamos o período das cruzadas, quando lutas entre cristãos e muçulmanos foram travadas, caracterizando a intolerância religiosa por alguns grupos tanto no oriente quanto no ocidente (ALVES E OLIVEIRA, 2010). Esse acontecimento histórico fundamenta o debate a respeito das manifestações xenofóbicas presentes no continente europeu atualmente. No livro de Filosofia, aquela palavra novamente aproxima-se do termo religião, ao apresentar como principal sentido a rejeição à concepções religiosas opostas.

Na obra de Sociologia, a palavra *intolerância* ganha ampla conotação, referindo-se ao desrespeito à diversidade sexual e religiosa e formas de não aceitação da diferença. Em geral, ela é marcada como forma de violência.

(...) por trás da imagem de liberalidade que o senso comum atribui ao povo brasileiro, particularmente em questões comportamentais e de sexualidade, há grau de intolerância com a diversidade sexual bastante elevados – coerentes, na verdade, com o grande número de crimes homofóbicos existentes no Brasil. (OLIVEIRA, 2013, p. 294)

Com base na citação acima, a homofobia é um dos temas associados à intolerância e diversidade sexual; rompe a realidade ilusória onde as diferenças convivem harmonicamente e; auxilia na reflexão do tema ao denunciar as intolerâncias ocultadas pelo senso comum (OLIVEIRA, 2013). Este autor aponta a tolerância como elemento de superação de conflitos ao afirmar que “estas expressões de religiosidade colocam para todos nós que, ou viveremos numa sociedade multicultural, em que todos respeitem a diversidade humana, ou sucumbiremos aos totalitarismos, intolerâncias e racismos” (OLIVEIRA, 2013, p. 313).

A inserção de temas no livro didático, como liberdade de orientação sexual, combate à homofobia e intolerância é fruto de diversas disputas entre os que defendem a inclusão das temáticas e os que se opõem a elas. Outrossim, são representados por membros do corpo

¹¹ “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:(...); IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância”. (BRASIL, 1996, p. 07)

acadêmico e até no congresso nacional, os quais discutem sobre a produção/discussão de textos nos documentos oficiais como, por exemplo, os Deputados Jean Willys, do Partido Social Liberal (PSL) e Jair Bolsonaro, Partido Social Cristão (PSC).

As discussões acerca da *intolerância* sobre questões étnicas, religiosas ou orientação sexual estão diretamente ligadas às discussões a respeito de violações de Direitos Humanos. Essas questões foram inseridas no contexto de produção de texto, adaptadas aos documentos oficiais que contemplam Direitos Humanos e negociações para que suas demandas prevaleçam nos documentos oficiais, inclusive no livro didático.

No que diz respeito à expressão *tolerância*, ela é conceituada nos livros didáticos como ato de convivência pacífica, reproduzindo o discurso de diversos documentos oficiais que versam sobre Direitos Humanos. A abordagem também se dá pela expressão oposta *intolerância*, despontada na pesquisa face às discussões sobre *tolerância*, cujos vocábulos conectam-se com o termo *religião*, favorecendo discussões sobre intolerância religiosa no livro. A expressão *intolerância* também aparece amplamente no livro didático de Sociologia, podendo apresentar maior discussão em sala de aula.

Igualdade, Desigualdade e Diferença

As relações entre diferença e igualdade são objetos de discussão por diversos estudiosos, inclusive das áreas de Educação e Direitos Humanos, justificada sob a recorrência presente nos livros didáticos. A palavra *Igualdade* intensifica-se nos livros de Filosofia, assinalada como o meio para a construção de projetos em comum, vislumbrando a construção de políticas. Ela é tema em vários documentos que versam sobre Direitos Humanos, cujo reconhecimento das diferenças emerge como nova questão, buscando-se não apenas a igualdade, mas o tratamento/direito de acordo com suas especificidades.

A filosofia de Rancière chama a atenção para a dificuldade de construir a igualdade na diferença. Segundo ele o problema das filosofias políticas modernas é definir a igualdade como algo a ser construído. Somos desiguais e queremos ser iguais. Então define-se que “todos são iguais perante a lei”: trata-se de uma igualdade fabricada, de uma igualdade legal. É preciso construir socialmente a igualdade; porém, como os interesses são distintos, isso acaba sendo impossível. (GALLO, 2013, p. 264)

No livro de Sociologia, a palavra *igualdade* é tratada em vários momentos opondo-se à desigualdade, mas também considerando o direito à diferença conferida e respeitada. Em outras passagens é sinônimo de simetria e legitimidade mútua. Oliveira (2013, p. 91) afirma que “há situações em que não basta reivindicar o direito à igualdade, mas sim reivindicar o reconhecimento da cultura e das formas de ser do outro ou de uma sociedade”. Essa definição provoca reflexões acerca do sentido da palavra, provocando novos questionamentos, instigando alunos e professores a pensarem sobre o direito à diferença, bem como questões relacionadas aos Direitos Humanos. As afirmações do autor acentuam a transversalidade do tema, perpassando conteúdos de várias disciplinas e possibilitando o debate sob diferentes prismas.

Os livros de História trabalham a *igualdade* junto ao tema Revolução Francesa, referindo-se ao ideal da época conferida juridicamente a homens e cidadãos, embasado no seguinte trecho: “colocar o bem comum acima dos interesses particulares, reconhecer a igualdade natural entre todos os homens e confraternizar-se com todos os cidadãos eram normas de conduta” (ALVES; OLIVEIRA, 2010, p.167). Ela acerca-se com o significado de *cidadania*, exercício de direitos e deveres inerentes às responsabilidades de um cidadão, hegemonzando-se nos documentos oficiais.

No livro de Geografia, o termo *igualdade* emerge da diferença de gêneros e traz dados estatísticos que revelam a importância do papel da mulher na sociedade, “Embora lentamente a igualdade de direitos entre gêneros no Brasil vem se consolidando, e a participação feminina na sociedade é cada vez maior” (ALMEIDA E RIGOLIN, 2013, p.100). A citação embasa questões de igualdade e gênero como, por exemplo, o respeito às diferenças salariais, sociais ou de representatividade política.

O livro didático de Sociologia trabalha a palavra *desigualdade* como sinônimo de diferenças sociais, econômicas e de acesso a determinados serviços, considerando-a como um dos produtos do etnocentrismo. Ela está presente em diversos capítulos, sendo tema recorrente na obra e diretamente ligado à palavra-chave *diferença*.

No exemplar de História, vem acompanhado do vocábulo *social*, relacionando-se à pobreza, à instabilidade e ao conflito. No livro de Filosofia é elemento que corrompe a sociedade, desencadeando diferenças econômicas e sociais e disputas pela propriedade. O exemplar aborda sobre as origens da desigualdade sob via de construção social. Gallo (2013, p. 265) afirma que essas:

[...] diferenças não significam desigualdades; é possível nos reconhecemos como iguais, ainda que sejamos diferentes em nossas visões de mundo. Podemos falar linguagens ou mesmo línguas diferentes, mas falamos - e isso nos torna seres igualmente políticos.

Essas discussões apresentam total pertinência com os conteúdos de Direitos Humanos, reafirmando que na obra há maiores relações com o assunto. Logo, promove a discussão e o pensar, crítico e reflexivo, de alunos e professores.

No livro de Geografia, o termo *desigualdade* apresenta contrastes entre países ricos e pobres quanto a aspectos sociais, econômicos e regionais consequente da desigual distribuição de renda. Outrossim, a utilização de dados estatísticos fundamenta discussões acerca de Direitos Humanos na conjuntura atual.

No livro de Filosofia, a palavra *diferença* é indicada como as particularidades de cada indivíduo e lavrada na diferença entre sexos. No livro de História, apresenta menções a sentidos não relacionados com a pesquisa, sem enfoque a questões históricas ou origens características na atualidade. Nos livros de Geografia indica características específicas de uma região/localidade, etnias e problematiza fatos. No livro de Sociologia, compara pessoas, coisas e situações distintas. Essa obra apresenta um capítulo específico que trata da *diferença* sob as vias social e cultural em seus vários aspectos, auxiliando alunos e professores no aprofundamento das discussões.

A diferença social e cultural, por outro lado, significa que indivíduos ou grupos, são apenas diferentes, não superiores e inferiores. O indivíduo originário do continente africano é diferente do chinês ou do europeu; a mulher é diferente do homem; o homossexual é diferente do heterossexual; o adepto ao candomblé cultua uma religião diferente da do evangélico; as pessoas com deficiência são diferentes daqueles que não possuem necessidades educacionais especiais, e assim por diante. Essas características dos seres humanos não significam superioridades ou inferioridades de uns sobre outros. (OLIVEIRA, 2013, p.94)

Essa citação apresenta ligações entre o conceito de igualdade e de Direitos Humanos, no sentido de reconhecer que cada indivíduo tem suas particularidades e é uniformemente titular de direitos. Os textos complementares ao final dos capítulos devem ser considerados relevantes,

uma vez que possibilita aos professores o aprofundamento das discussões junto aos alunos, assim como instiga-os à compreensão do assunto contemplado.

Quanto a discussão *igualdade-diferença*, Ramos (2011) auxilia na compreensão de como elas são dispostas no livro didático. Este documento, ao discutir sob as perspectivas crítica e problematizadora das desigualdades, provoca reflexões acerca das tensões e conflitos que se relacionam com os Direitos Humanos. *Igualdade, desigualdade e diferença* não são apresentados apenas como “perspectiva liberal condescendente, que admite a inclusão do outro sem, contudo, questionar a ordem na qual esse outro foi construído” (RAMOS, 2011, p.173). As “desigualdades deixam de ser aceitas como consequência da inaptidão pessoal para serem tratadas como expressão da injustiça social a ser superada no marco das transformações sociais que promovam a igualdade social” (RAMOS, 2011, p. 175). Essas discussões fomentam questionamentos sobre o direito de ter a diferença reconhecida e encontram-se na maioria dos livros didáticos, indicando que os conteúdos de Direitos Humanos pode ensinar a reflexão do leitor dentro e fora da sala de aula.

Gênero, Diversidade, Discriminação e Preconceito

O vocábulo *gênero*, no livro de Sociologia, é elemento caracterizador de uma sociedade composta por sentimentos, atitudes e comportamentos de seres humanos. Ele compõe o tema central de um capítulo e revela a vitória de grupos que defendem a visibilidade da mulher, evidenciando seu papel na sociedade atual, desconstruindo conceitos e preconceitos e problematizando as dificuldades existentes (LOURO, 1997). O capítulo traz uma abordagem histórica acerca de questões sobre gênero, sexo, sexualidade e feminismo e trabalha assuntos como, por exemplo, a violência de gênero (OLIVEIRA, 2013).

No livro de Geografia, associa-se à desigualdade e diferenças de tratamento sociais e de salário baseado em dados estatísticos. Nos capítulos do livro de Filosofia, questiona os sentidos fixos, discutindo a dicotomia entre gêneros masculino e feminino, desconstruindo essas cristalizações.

(...) cada pessoa “embaralha” em si mesmo o masculino e o feminino, o heterossexual e o homossexual, de modo que uma definição de gênero é algo sempre transitório, e que se faz em determinado contexto, não algo que determine, de fato, como vivemos nosso corpo, como experimentamos o desejo, como construímos aquilo que somos. (GALLO, 2013. p.104)

O vocábulo *gênero* associa-se ao termo diversidade sexual, no sentido de transcender aos fatores biológicos de forma equivalente a um significado provisório que se faz em determinado contexto. A acepção transitória do vocábulo trabalha com o enfraquecimento de sentidos e de identidades, apresentando uma perspectiva contextual (LOPES, 2011).

A palavra *diversidade*, no livro de Filosofia, insere-se em discussões voltadas à democracia, império/capitalismo e consenso, sendo trabalhada como elemento fomentado e valorizado pelo capitalismo com fim à obtenção de lucro. Está também associada ao termo sexual, trabalhando os conceitos de gênero de forma não sedimentada.

Nos livros de História e Geografia, não está relacionada com a pesquisa. Já no livro de Sociologia é apontada como sinônimo de multiplicidade de culturas, gêneros, realidades e sociedades, apresentando em capítulo específico temas como homossexualidade, homofobia e suas lutas, inseridas, inclusive, fotos como recurso ao auxílio nas discussões de Direito Humanos, e também associada ao termo sexual.

No tocante à palavra *discriminação*, ela está relacionada a preconceitos. No livro de Sociologia, ela é sinônimo de preconceito étnico, orientação sexual e gênero. As constantes associações entre as palavras-chave demonstram que não há como individualizar essas questões, de forma a dividir um assunto do outro. Nos livros de História é assinalada como rejeição à diversidade étnica, localizada no livro da 3ª série acompanhada do vocábulo étnica, sendo, ainda, apontada como reflexo do crescimento urbano desordenado e das desigualdades sociais.

Na obra de Sociologia, surge como conduta vedada juridicamente, associada à xenofobia, rejeição à diversidade. E a associação normativa de Direitos Humanos é presente nos documentos oficiais, reproduzida no livro didático por representar a violação desses direitos.

Quanto à palavra *preconceito*, ela é trabalhada no livro de Filosofia a partir de textos auxiliares e em conexão ao pensamento totalitário, pensamento este que viola e desrespeita direitos. Logo é feito um percurso histórico sobre suas origens e manipulação das massas, como ocorreu na época do nazismo.

O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidiano. Os preconceitos sempre desempenham uma função importante, também em esferas que, por sua universalidade, encontra-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que eles comportam. Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos, acaba fracassando, pessoalmente. (GALLO, 2013, p. 227)

Nos livros de História, a palavra *preconceito* é associada ao racismo e à rejeição à diversidade sexual, apontando essa relação como um dos fundamentos para demandas agenciadas através de movimentos sociais atuais de forma a possibilitar o debate, bem como sugere filmes que abordam a mudança de preconceitos.

Nos livros de Sociologia, ela é definida como pensamento desprovido de comprovação científica, sinônimo de intolerância à diversidade sexual, associada a tensões. É recorrente em capítulo específico, ao tratar sobre gênero e sexualidade, possibilitando maior problematização a respeito do tema. Outrossim é apresentada como definição de sentido permanente, seja a respeito de cor de pele, etnia, origem social, comportamento, orientação sexual, seja como elemento gerador de conflitos, e está em completa oposição ao descentramento abordado por Laclau (2006) e Lopes (2011), em que os sentidos são transitórios e não alcançam a plenitude discursiva, resultando constantes negociações por diversos grupos.

As discussões a respeito do termo *preconceito* cooperam no entendimento de conflitos e disputas recorrentes na sociedade, no sentido de compreender as diferenças, seja quanto à religião, determinado grupo étnico, seja por questões sociais, sexuais ou de gênero.

Em linhas gerais, o termo *gênero* é melhor trabalhado nos livros de Filosofia e Sociologia, com capítulo exclusivo. O termo *diversidade* é associado à sexualidade, demonstrando a força de grupos que lutam para que o tema faça parte das discussões no ambiente escolar através de sua inserção nos livros didáticos. Quanto às palavras *discriminação* e *preconceito*, verificou-se forte ligação, indicando a influência subjacente nos documentos oficiais. E no tocante às distintas acepções ao termo *preconceito*, este apresenta diferentes perspectivas em cada capítulo analisado, demonstrando pertinência com os conteúdos de Direitos Humanos e aprofundamento na maioria das obras, revelando não apenas vínculo com os discursos nos documentos oficiais, mas uma tradução/adaptação de acordo com cada conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a discussão de temas referentes aos Direitos Humanos no livro didático. Inicialmente, realizou-se um recorte nos livros de Ciências Humanas do Ensino Médio, selecionando-se capítulos relacionados à temática. Em seguida, utilizou-se palavras-chave e expressões atinentes ao conteúdo de Direitos Humanos, verificando-se sua recorrência nos exemplares analisados.

Os conteúdos considerados como Direitos Humanos não foram expressamente dispostos nos livros analisados, o que suscitou discussões para compreender sua existência. A interdisciplinaridade surge como elemento influente na abordagem daqueles conteúdos, haja vista a ausência de disciplina específica sobre o tema. Quanto à transversalidade, esta surge como uma das estratégias para abordar a interdisciplinaridade, considerando-se o número de palavras-chave/expressões localizadas. Nesse sentido, os conteúdos de Direitos Humanos podem ser trabalhados livremente, porém correm o risco de não serem considerados importantes pela inexistência de disciplina específica.

No que diz respeito à interdisciplinaridade, ela é componente importante na formação do conhecimento, uma vez que as disciplinas não devem ser trabalhadas isoladamente, mas ponderadas como parte da construção do campo disciplinar quando conjugadas através de novo sentido politicamente reconstruído (LOPES, 2011). Os textos complementares, presentes no final dos capítulos, trazem aspectos da interdisciplinaridade, possibilitando o aprofundamento de discussões pelos alunos com o auxílio de outras disciplinas, assim como questões que instiga-os a compreenderem melhor o assunto trabalhado.

As discussões sobre *igualdade*, *diferença* e *diversidade* apresentam intensa ligação com tolerância, preconceito e gênero, preenchendo o signifiante *Direitos Humanos*. Os vocábulos *gênero*, *cidadania*, *diferença* e *desigualdade* apresentaram maior recorrência nos resultados, haja vista serem polêmicos e de relevância social.

A abordagem das expressões/palavras-chave selecionadas apresentam vínculos com os discursos destacados nos documentos oficiais, significando que estão sendo traduzidos/adaptados em parte dos conteúdos de Direitos Humanos nos livros didáticos. Tomando-se como base o ciclo de políticas de Ball (1998), essas adaptações/ressignificações ocorrem em todos os contextos. Os dados da pesquisa reforçam o livro como produto das negociações/articulações operadas nos contextos de influência e de produção de texto, sem, no entanto, olvidar que o ciclo não finda, de maneira que a obra sofre novas ressignificações no contexto da prática e influencia na construção de novas políticas.

Os resultados da pesquisa apontam a presença de conteúdos de Direitos Humanos em significativa parte dos capítulos dos livros didáticos analisados, embora também hajam assuntos que não se compatibilizem aos temas transversais. Quanto à abordagem, a busca realizada com as palavras-chave revela que as temáticas relacionadas aos Direitos Humanos são trabalhadas ora em alguns capítulos de forma superficial, como nos livros de História e Geografia, ora de forma mais problematizada e reflexiva, como em Sociologia e Filosofia.

O dado que aponta o maior número de citações está vinculado ao livro de Sociologia, demonstrando afinidade com os conteúdos de Direitos Humanos e os discutidos nas outras disciplinas. Logo, corroborando com os capítulos específicos voltados às discussões de temáticas como, por exemplo, gênero. E de forma pouco expressiva, o resultado é apontado nos livros de Geografia, haja vista seus conteúdos estarem direcionados a dados estatísticos, bem como as

obras não fazerem uso da interdisciplinaridade na transposição de seus conteúdos ou até mesmo em razão do recorte dos capítulos selecionados.

No tocante ao livro didático, ele é ferramenta poderosa com importante papel tradutor de políticas de Direitos Humanos, seja reinterpretando, representando diferentes discursos, seja criando novos discursos no sentido de estabelecer novas relações entre diferentes grupos.

Lopes (2011), considera que deve-se focar nos questionamentos acerca dos objetivos sociais do currículo escolar com o fim de possibilitar uma melhor compreensão das relações de poder que envolvem essa discussão. Os conteúdos de Direito Humanos deverão estar ligados às questões acima mencionadas objetivando provocar reflexões/problematizações no ambiente escolar.

Com base na teorização de Laclau (2004) é possível haver uma nova percepção de Direitos Humanos nos livros didáticos, de forma que seus conteúdos sejam discutidos menos utopicamente, considerando-se a realidade atual, reconhecendo-se e problematizando-se as igualdades e desigualdades e correlacionando-se as tensões e conflitos e antagonismos trazidos pelas diferentes demandas de grupos desiguais que compõem a sociedade.

E o livro, ainda que não seja a única ferramenta de trabalho do professor, possui forte vínculo com os roteiros de aulas a serem trabalhados no contexto da prática. Mesmo que a inserção de conteúdos de Direitos Humanos não signifique que serão trabalhados pelos professores em sala de aula, a simples presença aumentam as chances deles serem discutidos pelos alunos, ainda que sem auxílio daqueles.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rozana Gomes de; GOMES, Maria Margarida; LOPES, Alice Casimiro. Contextualização e Tecnologia em livros didáticos de Biologia e Química. *Revista Investigações em Ensino de Ciências*. v.10(3), p. 405-417, 2005. Disponível em:<http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo_ID137/v10_n3_a2005.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2016.

ALMEIDA, Lúcia Maria Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. *Fronteiras da Globalização*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013. Conteúdo v.1 O mundo natural e o espaço humanizado. v.2 O espaço geográfico globalizado. v.3. O espaço brasileiro: natureza e trabalho.

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a História*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

BALL, Stephen J., *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo. Cortez. 2011.

BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. El currículum nacional y su "puesta en práctica": el papel de los departamentos de materias o asignaturas. *Revista de Estudios del Currículum*. v. 1, n. 2, p. 105-131, 1998.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Vol. 3 Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília, 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Parecer Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. n.º 5/2011. Brasília, 2011. DOU de 24 de jan. 2012, Seção 1, p. 10.

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

GALLO, Sílvio. *Filosofia: experiência do pensamento*. – 1. ed. São Paulo: Scipione, 2013. volume único.

LACLAU, Ernesto. *La Razón Populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

AMARAL Júnior, A; BURITY, J.A Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós estruturalistas de análise social*. SP: ED. Annablume, 2006.

LOPES, Alice Casimiro; Política de Currículo: Recontextualização e Hibridismo. *Revista Currículo sem Fronteiras*. v.5, n.2, p.50-64, jul/dez, 2005. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/lopes.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

REVISTA EDUCAÇÃO SOCIEDADE E CULTURAS. Teorias pós críticas, política e currículo. Dossiê temático: *Configurações da Investigação Educacional no Brasil*, n.º 39, p.7-23, 2013. Disponível em:<<http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de Políticas de Currículo. *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs). *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de Políticas Públicas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MATHEUS, Danielle dos Santos. *Políticas de currículo em Niterói, Rio de Janeiro: o contexto da prática*. 2009. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo César Rocha da. *Sociologia para jovens do séc. XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. 2013. volume único.

RAMOS, Aura Helena. *O lugar da diferença no currículo em Direitos Humanos*. Ed. FAPERJ. Rio de Janeiro. 2011.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. *Políticas de Currículo: Educação de qualidade em contextos. Reinvenções do currículo, Sentidos e Reconfigurações do contexto escolar*. ed. UFC. Fortaleza. 2016.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; OLIVEIRA, Marcia Betania de. Políticas Curriculares no Ensino Médio: Resignificações no contexto escolar. *Revista Currículo sem Fronteiras*. v. 13, n.3, p. 497-513, set/dez, 2013. ISSN 1645-1384 (online). Disponível em:<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/santos-oliveira.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SILVA, Ainda Monteiro. TAVARES, Celma. *A formação cidadã no ensino médio*. São Paulo: Cortez. 2012.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos. *Educação em Direitos Humanos e Currículo*. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa - PB, 2014. Disponível em:<<http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2015/08/EDUCA%C3%87%C3%83O-EM-DIREITOS-HUMANOS-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-PARA-OS-DIREITOS-HUMANOS.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec.v10i3.33698
<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Recebido em: 08/04/2017
Aceito em: 22/11/2017
Publicado em: 31/12/2017